

Limites e ambiguidades da vicinalidade num bairro de Salvador

Raúl Márquez

Universitat de Barcelona

RESUMO: Em Palmeiral, um bairro de autoconstrução na periferia de Salvador da Bahia, a aquisição e conservação de moradia dependem do desempenho social, da capacidade de ocupar uma posição respeitável e de integrar-se numa vicinalidade (uma rede de famílias/casas que formam um âmbito de inter-relação e troca de favores). Porém, manter essa posição pode ser complicado. A funcionalidade dessas redes é limitada, gerando frequentemente tensões e conflitos. Por um lado, através do exame de situações quotidianas e casos que têm a ver com a propriedade, este artigo aborda o carácter ambíguo das dinâmicas de vicinalidade. Quais os benefícios e as cargas que suportam os que se integram nelas? Qual o alcance da reciprocidade que desenvolvem? Por outro lado, o artigo critica a visão simplificada que alguns documentos oferecem dessas formas de reciprocidade, visões que ignoram seu carácter complexo e ambivalente.

PALAVRAS-CHAVE: Reciprocidade, redes sociais, vicinalidade, propriedade informal, autoconstrução, invasões, Salvador da Bahia.

Para surpresa de muitos, em Setembro de 2006, a Prefeitura de Salvador escolheu Palmeiral¹, um bairro de autoconstrução na periferia da cidade, para implementar o Plano de Bairro, um programa que queria explorar a capacidade da *comunidade* para identificar e resolver seus próprios problemas. Nas reuniões onde o plano foi discutido e nos relatórios produzidos

pela equipe de técnicos da Prefeitura, Palmeiral era efetivamente apresentado como uma comunidade cujos residentes desfrutavam de fortes redes de solidariedade interna (UNEB e Prefeitura, 2007: 18). Tal caracterização traz consigo algumas questões. Precisamente que tipo de *comunidade* constitui Palmeiral? Quais são essas tais *redes* tão louvadas pelo Plano? Que caráter e funções cumpriam elas? Independentemente de saber se o diagnóstico era errado à época², o fato é que a realidade social do bairro, então marcada pela existência de áreas de sociabilidade restringidas e pela atuação de lideranças sectárias, parecia contrastar significativamente das intenções do Plano de Bairro. Seja como for, o Plano nunca foi acabado: em Agosto de 2012 tinham sido elaborados vários relatórios, mas ainda em nada havia avançado a implementação do estatuto (uma regulação *ad hoc* que devia ser gerida pelos próprios vizinhos).

Neste ensaio, pretendo usar a noção de vicinalidade para analisar o contexto deste bairro, focando as práticas de reciprocidade desenvolvidas pelos moradores que fundamentam essas vicinalidades. Como veremos, emerge na vida do bairro um tipo concreto de *rede*, no qual a reciprocidade entre vizinhos tem um papel destacado para fins de sobrevivência e segurança, que, ao mesmo tempo, revela-se restrita e até conflituosa. Após descrever a configuração social do bairro e o tipo de apoio que existe entre vizinhos – com especial ênfase à questão da propriedade e do patrimônio –, vamos recorrer a algumas teorias clássicas da vicinalidade e reciprocidade (Sahlins, 1977; Webster, 2006; Lomnitz, 1981; entre outras) para situar o que acontece no bairro numa perspectiva comparativa. Na segunda parte do artigo, no entanto, detemo-nos nas ambiguidades e tensões dessas mesmas formas de reciprocidade, nas limitações e conflitos presentes nas vicinalidades. Meu objetivo aqui é oferecer maior complexidade à descrição do caso, fugindo da visão simplista que algumas vezes têm de contextos como Palmeiral, e buscando contribuir para a compreensão das dinâmicas de relação e reciprocidade que existem às vezes nesses contextos³.

Redes e reciprocidade num bairro de autoconstrução

Situado no Subúrbio Ferroviário de Salvador, Palmeiral deve sua formação a distintos processos de ocupação informal iniciados nos anos 1980: vendas irregulares, ocupações diretas (*invasões*) e, com menor frequência, arrendamentos e cessões temporárias. Em 2007 viviam aí cerca de 12.500 moradores, distribuídos em aproximadamente 60 hectares de terreno (UNEB e Prefeitura, 2007). A extensão do lote variava em função do tempo de moradia e do próprio nível de renda.

Esboçemos uma breve história do assentamento. Os primeiros moradores foram trabalhadores da Fazenda Periperi, propriedade que foi loteada a partir de 1981, dando começo a uma colonização dos terrenos que se estenderia durante anos. Diferentes movimentos de ocupação mais ou menos coletivos e organizados foram ocorrendo (o último em Janeiro de 1987), protagonizados por famílias que procuravam conseguir casa própria e tinham escutado a notícia de uma nova *invasão* acontecendo no Subúrbio. Com a exceção de alguns grupos de parentes, amigos ou conhecidos participando conjuntamente da ocupação, as famílias chegaram a Palmeiral de maneira isolada, estabelecendo-se cada uma no lugar onde achava que havia *boa gente*: quer dizer, pessoas que tinham já seu lote trabalhado e que moravam de maneira permanente.

Nos primeiros tempos, após a ocupação de 1987, nota-se uma organização coletiva forte. Em 1988 foi fundada uma associação de moradores, responsável, entre outras coisas, por uma tentativa de ordenação do assentamento e por lutar pelo reconhecimento oficial do bairro e pela chegada de serviços básicos. Guaxinim, um dos membros fundadores, logo tomou a dianteira da associação, sendo reconhecido como o *chefe* do bairro. Sua gestão autoritária alcançaria quase todas as áreas de atuação da associação, sendo provavelmente o líder que mais concentrou poder no exercício de sua função. Após a sua morte, em 1991, vários

chefes repartiram o controle de zonas menores. Em 1996 a associação foi reativada, mas sempre muito vinculada a uma *liderança pessoal* concreta e com uma atuação muito limitada. A partir dos anos 90 chegaram ao bairro vários programas de desenvolvimento, por exemplo, um projeto de construção de redes de esgoto, o Bahia Azul, em 1999, e o referido Plano de Bairro, em 2006. Ambos tiveram resultados frustrantes e uma participação limitada por parte dos vizinhos. Também desde 2004, uma parte dos vizinhos regularizou sua posse, conseguindo uma *concessão especial de uso* da Prefeitura.

A configuração social do bairro é um dos temas centrais deste artigo, pelo que merece uma descrição detalhada. De saída, a trajetória de cada morador – a possibilidade de estabelecer e conservar o seu lote – depende da relação com os vizinhos (especialmente os mais próximos) e da aquisição de um estatuto pessoal particular. Concretamente, em termos de propriedade, para poder contar com apoio uma pessoa tem que (a) mostrar um nível suficiente de *necessidade* (elemento que justifica a apropriação de um terreno) e (b) trabalhar e ocupar visivelmente o lote reclamado. Outras variáveis contribuem para aumentar a força e o número dos apoios, tal como a forma como o acesso foi obtido (mais se não se ocupou diretamente) ou a detenção de contatos especiais. A questão é que o estatuto de ocupante legítimo depende do cumprimento de requisitos mínimos e que, na prática, conseguindo o aval de vizinhos, a garantia de posse aumenta⁴.

No início da ocupação massiva foram muitos os casos de pessoas que perderam um lote marcado e ocorreram brigas entre ocupantes que reclamavam um mesmo terreno. Nesses casos, o apoio dos vizinhos era atribuído segundo quem “precisava mais” ou quem tinha feito já algum trabalho (como capinar ou construir um barraco). Observa-se, portanto, um *juízo* feito por um grupo relativamente pequeno de moradores, os dos lotes contíguos ao lote em disputa, e desenvolvido de maneira mais

ou menos privada. Normalmente, na hora de executar a *sentença*, dependendo da área e do momento, podia ocorrer a intervenção de algum *chefe* ou *liderança* importante.

Fato é que, desde muito cedo, foram se desenvolvendo *redes* entre vizinhos: espaços de circulação de informação, bens e serviços – um tipo concreto de vicinalidade, como veremos. A maior parte delas são formadas por cerca de 4 a 10 famílias que moram perto, frequentemente na mesma rua. Exceção são as constituídas ao redor de igrejas, terreiros, partidos políticos ou líderes, que podem ser mais extensas, mas também são normalmente menos estáveis. A troca de igreja e até de credo é frequente, assim como as rupturas com os partidos e os líderes, com os quais se mantém uma relação tipicamente clientelar, sem base moral e, portanto, sujeita à satisfação continuada de demandas.

Há parentes participando na mesma rede de vizinhos e até morando juntos. Porém, o eixo das redes não são as relações familiares, mas sim *lideranças* concretas: pessoas com um estatuto elevado, resultante dos “conhecimentos” ou “contatos” que possuem. Embora as redes se façam especialmente visíveis nos momentos em que o líder mobiliza o grupo, os vizinhos da mesma rede fazem trocas diárias: cuidam dos filhos uns dos outros, emprestam ferramentas, dinheiro, oferecem refeições. Deste modo, estar inserido ou não numa dessas redes acaba por determinar, entre outras coisas, maiores chances de ficar no bairro e mesmo de subsistir. As redes são também o espaço de interação mais importante para cada vizinho. Por meio delas ocorre a parte fundamental de sua sociabilidade, de modo que não é estranho que um morador não conheça ninguém fora da sua rede (exceção feita, claro, às *lideranças*).

Desde cedo no reconhecimento da ocupação do bairro, emergiu uma hierarquia de estatuto que, para além do tempo de moradia e da quantidade de “contatos”, baseava-se nos mesmos princípios que tinham fundamentado a apropriação do terreno (a “necessidade”, o “trabalho”). Essa

classificação gira em torno a uma grande divisão: os *bons vizinhos* e os *marginais*. Na primeira categoria estão incluídos os que tinham conseguido legitimar sua ocupação, que se mostravam trabalhadores, “respeitavam” os outros, cumpriam os tratos e não criavam problemas; na segunda, os que não preenchiam essas condições. A questão é que o estatuto de *bom vizinho* traz consigo garantias materializadas em apoios explícitos. Manter certa consideração na vicinalidade, na rede, vai assegurar certa ajuda em caso de emergência econômica e na defesa do patrimônio. Contudo, para conservar essa posição é necessário um esforço contínuo que passa por cuidar das amizades e manter o respeito dos vizinhos (mostrando sempre trabalho), por ajudar quando for preciso e, por último, não envolver-se demais na vida dos outros – um equilíbrio instável.

Marcos – *invasor* antigo – tem bem clara a importância das relações com os vizinhos e antepõe a segurança que isso oferece à que ofereceria o poder público através dos seus títulos. Quando lhe perguntei se sentia maior segurança após a regularização das posses, respondeu: “Eu não sinto mais tranquilo não, que a escritura não é aquele papel, a escritura é a minha presença. [...] Só o título não basta, que o papel se apaga, se deteriora, não vale nada. Título na realidade é nossa convivência. O título é a permanência”⁵.

Pessoas com um estatuto especialmente elevado podem até deixar de cumprir regras básicas como a da *permanência*; justamente por contarem com um apoio alargado ou fazerem parte de uma rede poderosa. Alguns chamam isso de *consideração*. Descrevendo seu próprio caso, Manoel – vizinho antigo – explicava que ninguém tinha tomado sua casa quando a deixou por um tempo devido à “consideração” que lhe tinham. Cícero – outro vizinho antigo – comentava que sua fonte principal de segurança era “ser admirado; que os que te admiram, te protegem”. Esse vínculo entre segurança e vicinalidade explica também o enigma da *área perigosa*: o fato de que muitos vizinhos achem pouco segura qualquer área

que não seja aquela onde moram. A razão está, justamente, na falta de relações e de reconhecimento social nelas.

Portanto, enquanto uma pessoa de estatuto elevado que integra uma vicinalidade pode deixar sua casa vazia, recuperando-a sem qualquer problema, uma pessoa de estatuto baixo, não inserida numa rede destas, não se pode dar ao mesmo luxo. Márcia, uma moradora recente, confirma esta observação quando responde à pergunta de como conservaria sua casa se tivesse que sair do bairro: “Tentar manter é você morar dentro do que é seu”, acrescentando que talvez tivesse que vender a casa, porque “se tiver alguém que não gosta da pessoa na rua, manda os outros vir e acabar com a casa”. Renata e seus vizinhos, pelo contrário, há tempo protegem uma propriedade vazia, que fica em sua rua, explicando que “aquela pessoa merece”. A insegurança de Márcia vem do fato dela ainda não fazer parte de uma vicinalidade. Os que não cumprem a regra de ocupar permanentemente suas moradias, não têm o estatuto mínimo, nem a possibilidade de estabelecer vínculos com outros vizinhos, torando-se o risco de perda ainda maior⁶.

Um caso extremo referente à perda dessa posição mínima é o das famílias *escarreinadas*, quer dizer, forçadas a deixar o bairro⁷. Elas constituem a melhor ilustração da existência de uma relação entre direitos de propriedade e desempenho social. Como indicávamos, as pessoas que contradizem as regras de convivência (que não *respeitam* os outros, que perturbam ou estragam suas propriedades) perdem legitimidade; em caso de conflito, veem-se sem apoios. Nos casos de ofensas graves, que implicam agressões ou ataques à honra do outro, em que o residente perde toda a consideração, a casa pode mesmo ser atacada e a família expulsa. Não são frequentes e, geralmente, atingem famílias já anteriormente consideradas como sendo *marginais*, muitas vezes envolvidas no comércio de drogas. Mas o que resulta interessante é que a casa é fisicamente destruída como forma de comunicar publicamente o fim da vontade de convivência; como sinal de uma *morte social* decretada.

Para entender o que as casas representam no bairro cabe considerar o fenômeno da vinculação entre as famílias e as casas. A casa é um reflexo do estatuto que uma família tem ou quer ter. As casas mais ou menos grandes, melhor acondicionadas, com mais elementos de valor (eletrodomésticos, detalhes arquitetônicos) correspondem a famílias com maior estatuto e maior poder aquisitivo. Têm posição e estabilidade suficientes para fazer esses investimentos e os manter com tranquilidade. Contudo, o que importa notar é que se estabelece um vínculo pessoal-familiar entre a casa e aqueles que nela moram e muitas vezes a construíram. A casa representa a família e é o espaço da sua jurisdição, por assim dizer. Por isso, um dos primeiros sinais do início de relações de inimizade é quando vizinhos deixam de frequentar as casas um do outro; podendo os desafetos escalarem, nos casos mais extremos que comentamos acima, ao ataque físico da propriedade de outrem⁸.

Voltando às questões precedentes e mais gerais: que tipos de vicinalidades constroem as redes que temos vindo a descrever? Como avaliar essa reciprocidade que, entre outras coisas, visa à segurança da posse? Em primeiro lugar, destaco que as ditas redes do bairro podem ser concebidas como *vicinalidades* seguindo a teoria clássica de Webster (2006). Poderiam perfeitamente se definir como um “grupo de vizinhança que inclui vários domicílios, que são (geralmente) contíguos. A pertença à vicinalidade depende da lealdade para com os outros membros ou para com o líder” (Webster, 2006: 69). Constituem também *grupos de ação* ou *quase-grupos*: indivíduos que só se mobilizam conjuntamente para atividades concretas e pela mão do seu líder (Webster, 2006: 97). A particularidade que observamos em Palmeiral é que nas vicinalidades deste bairro o elemento da contiguidade é fundamental, tendo o parentesco um peso menor. Tal não significa, como assinalava, que não tenhamos grupos de parentes cumprindo um papel importante nas redes e até criando algumas, sobretudo durante as etapas iniciais da ocupação. No

bairro, a dinâmica das vicinalidades fica marcada pela relação *liderança-vizinhos*, não contando muitos membros com um parentesco biológico que fortaleça seu vínculo. Por isso talvez, seguindo também o que apontava Webster (2006: 94-97), a existência do grupo é frágil e sua ativação depende basicamente do líder. Essas *lideranças*, não há dúvida nisso, tal como os *homens grandes* dos Chope, acumulam prestígio porque disponibilizam bens, proteção e outros serviços (Webster, 2006: 106-107).

As vicinalidades de Palmeiral – como as descritas no caso de certos bairros dos Estados Unidos por Carol Stack (1975) e de Portugal por Manuela da Cunha (2007) – têm sua base na proximidade socioespacial, no fato das famílias compartilharem espaço e necessidades. Parentes que não moram perto, no caso, não geram redes de reciprocidade. O que fazem os vizinhos dessas redes é reconstruir, exprimir sua proximidade e cooperação em termos de parentesco, como sugere a teoria das vicinalidades (Webster, 2006: 92; Pina-Cabral, 1991). Ora, em Palmeiral tal acontece junto da utilização de outros registros. O idioma do parentesco justifica e reforça os vínculos, e também cria certo código de solidariedade (*moralidade de vizinhança*, Cunha, 2007: 93-94). De fato, vemos aparecer esse tipo de vicinalidades, de redes de reciprocidade, em contextos onde a pobreza impõe ajudar-se mutuamente (o fato de ser uma *necessidade* sendo importante, como veremos)⁹.

Vale a pena aqui recuperar o estudo clássico de Larissa Lomnitz (1981). Deixando de lado as diferenças etnográficas e teóricas (Palmeiral não é um assentamento de migrantes recém-chegados à cidade, nem consideramos que seus moradores sejam *marginais* desconectados da sociedade), as análises de Lomnitz podem nos ajudar a entender melhor nosso caso. Ela descreve também um bairro (Cerrada del Cóndor) que não forma *comunidade* mas “un conglomerado de redes” que agem conjuntamente só em momentos pontuais e muitas vezes através de *caciques* (Lomnitz, 1981: 199-202)¹⁰. A unidade social básica lá é a *rede*,

“un grupo de parientes o de vecinos unidos por una relación social de cooperación” (Lomnitz, 1981: 143); espaço de sociabilidade privilegiada e de trocas recíprocas entre pessoas próximas física e socialmente. O elemento da proximidade resulta fundamental na criação de confiança e na materialização da reciprocidade, existindo outros ingredientes que a reforçam, tal como o parentesco (biológico ou não) e a situação de insegurança compartilhada (Lomnitz, 1981: 27-28 e 142-143)¹¹.

Em Palmeiral, as redes formadas exclusivamente por parentes não são muito comuns, como venho indicando. Existem alguns casos de *unidades domésticas compostas*, nas quais várias famílias aparentadas convivem na mesma casa ou em casas contíguas; mas correspondem, quase todas e não por acaso, a trabalhadores da antiga fazenda, estabelecidos há mais tempo e de maneira mais estável que os moradores que vieram depois. É muito mais frequente que as redes sejam de tipo *misto*, formadas por parentes e não parentes (em qualquer caso, morando bem perto). Observando-se 20 das famílias nucleares com as quais estabelecemos relações em Palmeiral, mais ou menos a metade não tem mais parentes no bairro. Contudo, todas estão integradas a alguma rede ou vicinalidade – e, em alguns casos, a várias ao mesmo tempo, seja as formadas na própria área de moradia, as ligadas a algum pastor de igreja, a um pai ou mãe-de-santo ou, ainda, a outra liderança. Também há vizinhos *desconectados* de qualquer rede (como em Cerrada del Condor, Lomnitz, 1981: 135)¹²; uma minoria, famílias com um estatuto especialmente baixo, recém chegadas a uma área ou que tiveram algum comportamento julgado impróprio e não são mais consideradas *bons vizinhos*.

As redes de parentes e vizinhos que cooperam são também em Palmeiral relativamente pequenas e pouco estáveis, especialmente, como apontamos, as que dependem de uma liderança concreta e não surgem simplesmente entre os moradores de uma área. Não há dúvida de que o estado de necessidade é o *motor* dessas redes, dos favores e trocas

recíprocas que as operacionalizam. Como também observara Lomnitz (1981: 156) ou McCallum e Bustamante (2012: 226-227), e Sahlins sugeriu de forma mais teórica: “É a escassez e não abundância que faz a gente generosa” (Sahlins, 1977: 231). Trata-se de uma generosidade em relação a algumas coisas mais que a outras, e aos necessitados que estão próximos. A reciprocidade entre os vizinhos de Palmeiral é, efetivamente, uma reciprocidade obrigada pelas circunstâncias e ativada principalmente entre os *bons vizinhos* que moram perto. Como reconhecia Renata, de quem ouviremos uma história esclarecedora mais adiante, “no lugar onde a gente mora se precisa do vizinho [e assinalava as casas de ambos os lados]”¹³.

Quando tentamos codificar os tipos de transação nas vicinidades do bairro, verificamos que estas se situam mais do lado da reciprocidade *equilibrada* que da *generalizada*, seguindo a famosa classificação de Sahlins (1977), produzindo-se também atos de reciprocidade *negativa*¹⁴. Os membros de uma rede contabilizam o que uns e outros oferecem, e a moralidade que circunda as trocas diárias é de mutualidade ou de procura do interesse próprio, não de solidariedade desinteressada (exceções existem, claro). As razões poderiam achar-se no fato das redes não serem fundadas em vínculos de parentesco, precisamente (Sahlins, 1977: 214; Lomnitz, 1981: 143-145 ou Pina-Cabral, 1991: 185). Já a reciprocidade *generalizada*, na qual o fluxo de bens e serviços é mais desigual e não ocorre uma contabilidade estrita, modalidade encontrada na ação das *lideranças*, que oferecem bens e serviços em troca de lealdade: trata-se de uma “generosidade calculada” (Sahlins, 1977: 228).

Em suma, as relações de reciprocidade no bairro têm um caráter restrito e ambíguo. Essas limitações corresponderiam, no meu entender, à natureza limitada das próprias vicinidades. Sigamos nesse curso com exemplos etnográficos e referentes teóricos.

As limitações e conflitos nas vicinalidades

Quase como contraponto ao exposto na seção anterior (a construção de direitos e segurança com base em redes interpessoais), vemos que as mesmas relações de coabitação e reciprocidade implicam obrigações e provocam conflitos. A tarefa de se relacionar com e ajudar os que moram perto – coisa esperada de qualquer *bom vizinho* – é difícil de realizar na prática sem cometer excessos ou sem calcular por baixo, correndo-se o risco de parecer pouco amistoso e pouco solidário. O desempenho correto implica ter tino e manter com os outros uma relação de distanciamento e de proximidade, num equilíbrio que varia de caso para caso, entre cada par de famílias, no qual influem o estatuto de cada um e a história de cada parte. Pedir em excesso ou não atender as petições acaba por provocar críticas, *ser esculhambado*, ver diminuída a reputação. Mas se exceder na crítica ou fazê-la sem razão acarretará ser considerado *fofoqueiro* ou – pior ainda – *bagunceiro*, perdendo também prestígio.

Por isso, os vizinhos medem muito o que pedem e deixam de pedir, tanto quanto o que oferecem ou não, tendo sempre cuidado na hora de recusar um pedido que não possam ou não queiram satisfazer. Como explicávamos, as ajudas podem ser mais ou menos corriqueiras (utensílios, comidas) ou mais importantes (tomar conta de crianças, emprestar dinheiro, participar na construção da casa). Quanto maior o valor do bem ou serviço solicitado, maior o compromisso. Essa é a razão pela qual os vizinhos pensam muito bem a quem e o que pedem, atendendo à relação que se tem no momento particular. Por exemplo, Clara rejeitou guardar as chaves da casa de Susana num dia em que esta caiu na rua e foi levada ao hospital. Apesar de Clara ser a vizinha que morava mais perto, fazer parte das mesmas redes e manter, aparentemente, uma relação cordial, a relação não era suficientemente boa e Clara não queria se comprometer.

ter com uma coisa tão séria como a custódia da casa. Arriscava-se a ser acusada de algo, o que viria a dificultar ainda mais a relação.

Em geral, a fronteira entre amizade e inimizade, entre juízo positivo e negativo, é muito fina e cambiável. O fato de um vizinho considerado amigo, que faz parte da mesma rede, não visitar a nossa casa acaba por parecer estranho e até ofensivo; mas, se o fizer demais, corre o risco de ser considerado incômodo e inadequado. Assim aconteceu com Martinho, a quem Telma acusou de “chato” por frequentar sua casa diariamente sem nunca a convidar a ir à sua. Sentia-se não correspondida (vale notar que aguardou uma ocasião em que tinha bebido demais para o manifestar)¹⁵. Os vizinhos acham que o bom amigo, o *bom vizinho*, é aquele que sabe respeitar o espaço privado, que sabe manter certa distância e proximidade. Isso é aplicado de maneira ainda mais firme na relação com os considerados *marginais* (por certo, atores já em si ambíguos: vizinhos com um estatuto definido por uma normatividade que eles só seguem em parte). Para o *bom vizinho* a regra de comportamento para com eles é cumprimentá-los, mas não ter muito trato, “respeitá-los” – como a qualquer outro – mas não passar muito tempo com eles; “viver junto e separado”, resumia um vizinho.

Influi em tudo isso a experiência que muitos tiveram de relações íntimas (com vizinhos de qualquer categoria) que tiveram um final ruim, ocasionando conflitos que são especialmente graves. É fato comentado como se passa facilmente da amizade à inimizade e como os direitos e as obrigações de ajuda mútua podem gerar dúvidas e, assim, criar problemas. Não é raro também que apareça a inveja em pessoas do círculo mais restrito que se destacam. As *lideranças*, por exemplo, são criticadas com frequência. Mas resulta complicado, como explicamos, negar um favor e não por em risco a reputação, ainda mais se quem solicita é conhecido, vizinho, membro da mesma rede. Por isso, apesar de os pedidos serem vistos como uma prisão, vão sendo

satisfeitos caso não exista uma desculpa óbvia para não os atender. Todos reconhecem que há por vezes *falsidade* na atuação de amigos e vizinhos. Manuel, por exemplo, técnico manhoso e acostumado a ajudar muitos vizinhos consertando seus eletrodomésticos, sentia que alguns estavam aproveitando-se dele, pois não lhe ofereciam nada em troca. Decidiu dizer não a alguns com desculpas como “não tenho a ferramenta”, “não sei fazer isso”.

Também é infrequente pôr termo as relações (ainda que a pessoa tenha vontade de fazê-lo), sobretudo tratando-se de vizinhos próximos. Renata hospedou durante algum tempo uma vizinha que tinha comprado um lote na sua rua, enquanto esta construía alguma coisa. A permanência da hóspede demorou mais que Renata tinha previsto, o que acabou por incomodá-la. Explicou-nos que a mulher não dava ajuda nenhuma e se intrometia nas coisas da família. Com diplomacia, acabou “botando ela para fora”. No entanto, depois preocupou-se em retomar uma certa relação, por superficial que fosse. O fato é que não queria ficar de mal com ninguém, dizia, porque “no lugar onde a gente mora se precisa de vizinho”. Os vizinhos tentam evitar o conflito aberto, ao menos com os vizinhos imediatos (considerados a “primeira família”). A necessidade obriga a manter esses vínculos, o que explicaria em parte a ambiguidade e o caráter forçado que muitas dessas relações têm.

A ação coletiva, como assinalamos, tem limites claros; as redes de apoio asseguram alguma proteção, mas não servem para outras tarefas. Em assuntos como o cuidado e o controle do espaço público, por exemplo, pode observar-se um considerável encolhimento dessa ação: nos tempos iniciais do assentamento eram organizados *mutirões* para limpar e arrumar ruas. Na atualidade, esse tipo de trabalho só ocorre em algumas obras particulares ou em aspectos muito localizados. De fato, considera-se hoje que cada vizinho só tem a responsabilidade de tomar

conta do seu lote e do pedaço de rua limítrofe, sendo criticados aqueles que tentam agir num raio maior. Acha-se que estão se excedendo (e são chamados, com ironia, *donos de rua*).

O peso da noção de propriedade privada e a configuração do lote familiar como jurisdição particular estão associados a estas atitudes. Atacar a propriedade é atacar a família, o imóvel tem também esse caráter metonímico. Desafiar alguém dentro da sua propriedade é injurioso e demasiado arriscado: o atacado achar-se-ia legitimado para recorrer à força. Isso explicaria outro aspecto assinalado como ambíguo nas relações entre os vizinhos: as dúvidas sobre as visitas às casas. O fato é que os vizinhos têm experimentado conflitos graves por discutirem em espaço alheio ou por interferirem na propriedade uns dos outros. Assim, vizinhos contíguos e com aparente boa relação mostram reservas na hora de entrar no perímetro do outro (se não quando ele está presente). Foi o que aconteceu com Renata um dia em que uma das suas galinhas pôs um ovo no quintal do vizinho ausente; Renata não teve coragem de cruzar a fronteira e deixou o ovo ali.

Observando todas essas limitações e ambivalências, surpreende a visão idílica e as capacidades que programas como o Plano de Bairro atribuem às redes. Tal sugere o seu desconhecimento da realidade do bairro, tanto quanto da teoria geral sobre a reciprocidade. Pois conhecidas obras teóricas e etnográficas apontaram já as tensões, conflitos e desigualdades que podem desenvolver-se no decurso das práticas de reciprocidade¹⁶.

Narotzky, por exemplo, mostra como a reciprocidade pode ser um discurso na boca de quem detém o poder para manter relações eminentemente desiguais (Narotzky, 2002: 22). Tal se verifica em Palmeiral com as *lideranças* (os chamados *chefes*), que pedem “reciprocidade” na troca da proteção e bens. Em outro artigo, Narotzky e Moreno exprimem esta ideia da seguinte forma:

The emphasis on equality and balanced exchange as the starting point for a reciprocal relation has only served to hide the imbalance and ambiguity inherent in reciprocal relations and their capacity to generate, reproduce and transform systems of inequality in reference to a field of moral forces where conflict and ambivalence prevail (2002b: 301)¹⁷.

Foi Sahlins (1977) quem – no seu conhecido texto sobre formas de reciprocidade – estabeleceu a reciprocidade *negativa* como a forma mais desigual e imoral. Advertia o autor que havia uma “tendência popular para considerar a reciprocidade como equilíbrio, como intercâmbio incondicional de um por um”, mas que “a reciprocidade frequentemente nada tem a ver com isso” (Sahlins, 1977: 209). Sem desenvolver muito essa noção, Sahlins ressaltava a disjunção entre os sistemas prescritos de moralidade (no referente a obrigações recíprocas, por exemplo) e os cursos reais da ação: como o grau de cumprimento dependia de quem fosse o interlocutor (Sahlins, 1977: 218-223). No caso das hierarquias e chefias, explicava também como a reciprocidade *generalizada* servia para criar e reforçar os desequilíbrios de poder, de modo que o receptor da dádiva caía “debaixo da sombra do agradecimento”, mantendo uma posição de submissão para com o benfeitor (Sahlins, 1977: 227). Essa descrição ecoa de novo o que acontece em Palmeiral com as *lideranças* e as diferenças de estatuto. De maneira interessante, Sahlins apontava que em contextos onde a miséria é grande e dura muito, a reciprocidade generalizada costuma dar lugar a formas de reciprocidade negativa (atitudes egoístas, roubos) (Sahlins, 1977: 234). Ponto que, por certo, o próprio Mauss expôs no texto canônico sobre a matéria: “Os dons (...) não são, em sentido nenhum, desinteressados” (Mauss, 1971: 255). Dar, segundo ele, era sinal de superioridade e estabelecia hierarquia, especialmente se quem recebia não podia devolver com equivalência e no tempo apropriado.

Em relação particularmente às vicinalidades, Webster (2006) apresentava um contexto no qual as solidariedades eram frágeis – especialmente quando os vizinhos não tinham confiança entre si – e as rupturas contínuas, protagonizadas em sua maioria por homens com um estatuto mais ou menos elevado, intermediários muitas vezes de um *homem grande*, mas desejando ocupar essa posição. Pina-Cabral observou que as tensões e as divisões eram também frequentes nas vicinalidades do Porto, onde surgiam diferenças entre os parentes e estes às vezes deixavam de morar junto, formando novas vicinalidades (Pina-Cabral, 1991: 186-201). Salvando as distâncias, a dinâmica de relação entre lideranças e seguidores nas vicinalidades do bairro segue também um percurso parecido, sendo habituais as mudanças de rede e o surgimento de novos líderes (frequentemente vizinhos de nível intermédio) que constroem novas redes.

Lomnitz (1981) – que valorizou como ninguém a utilidade das redes de reciprocidade entre os pobres –, escreveu também sobre os conflitos e tensões ao redor das trocas. Colocando como causa o ambiente de miséria, afirmava: “existen los roces continuos entre personas que deben convivir en una gran estrechez física y económica” (Lomnitz, 1981: 45)¹⁸. Indicava Lomnitz que algumas petições só eram feitas a certas pessoas, por serem consideradas “humilhantes” (Lomnitz, 1981: 157-162). E não escondia a questão de poder presente na outorga de favores, com a formação de relações clientelares, por exemplo, ou o caráter compulsório dessas ações: “es feo decir que no” (Lomnitz, 1981: 157-162). A reciprocidade, portanto, não devia ser vista como *generosidade* desinteressada; era feita com o alvo de conseguir segurança e por necessidade econômica (Lomnitz, 1981: 205) – o que as vizinhas de Palmeiral, como Renata, explicam abertamente.

Estudando justamente outro bairro de Salvador, o Bairro da Paz, Hita e Duccini (2008) mostram que as redes de reciprocidade oferecem *oportunidades*, acesso a determinados bens e serviços, e salvaguardam uma maior exclusão, mas que os vizinhos ocupam posições desiguais nessas redes,

competem e exercem um controle uns sobre os outros. Fazer parte dessas redes pode acabar sendo uma carga: as solicitações de ajuda têm de ser correspondidas ponto por ponto para não nos vermos excluídos. Os próprios integrantes têm a certeza de que os favores não são “de graça”, coisa que acontece também em Palmeiral, onde os vizinhos contam experiências ruins com alguns *parceiros* de rede e favores que custaram muito caro.

Não quero negar com tudo isto o valor e importância que o apoio mútuo assume em Palmeiral, o esforço e as capacidades sociais dos seus moradores. Mostrei, de fato, que os vizinhos desenvolvem sua vida, conseguem coisas e constroem direitos a partir da sua convivência e coabitação em vicinalidades e redes de reciprocidade. Mas quis oferecer uma visão complexa, que não esconde contrastes e contrapontos; uma visão que se adéqua melhor ao que se encontrou em campo e na época recente: redes e sociabilidades que são limitadas em tamanho e potencialidade, respondendo a um contexto histórico, social e político determinado.

Sendo consciente dessas limitações, talvez propostas governamentais como a do Plano de Bairro pudessem se ajustar melhor a lugares como Palmeiral, de modo a evitar que a observação da falta de *comunidade* em alguns momentos suponha um juízo implacável e negativo sobre seus moradores. Pelo contrário, essa observação contribuiria a combater certa exotização que alguns constroem sobre as famílias pobres e suas relações de vizinhança.

Notas

- ¹ O nome do bairro é fictício. Realizei etnografia nele em 2005, 2006 e 2012, nessa última etapa contando com apoio concedido pelo projeto *A trama territorial: pertença, mobilidade e trabalho no Brasil contemporâneo*, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia de Portugal (FP, Prof. Dr. Pina-Cabral).
- ² Esse erro pode ser atribuído ao simples desconhecimento do contexto pelos técnicos, ao seu interesse em defender que os bairros populares constituem *comunidades*

ou, de uma forma mais involuntária, ao influxo de certo imaginário que leva a tratar todas as favelas desta forma. Sobre as duas últimas hipóteses, Valladares (2005) explica como convém ao pessoal das ONGs, aos funcionários, pesquisadores e lideranças que atuam nas favelas atribuir-lhes o caráter de comunidade (uma coletividade perfeitamente coesa, com indivíduos que compartilham características, atitudes e costumes) para legitimar sua própria atuação (Valladares, 2005: 148).

- ³ Trata-se de um caso distinto, em relação à obra clássica de Lomnitz (1981) e aos estudados na cidade de Salvador por Agier (1990) e McCallum e Bustamante (2012), por ter a vizinhança muito mais peso na constituição das redes e das relações de reciprocidade que o parentesco, como veremos. Assim mesmo, resulta uma novidade aprofundar-se na parte conflituosa das dinâmicas de relação. Com isso não pretendemos questionar a importância dessas redes e da solidariedade entre os pobres, e sim apresentar uma imagem mais complexa e, em certa maneira, *normalizar* esses pobres, que como os demais grupos da sociedade, podem atuar de maneira pragmática e guiados pelo interesse próprio em certos momentos, e em outros desenvolver uma ação coordenada e coletiva, agir como *comunidade*; como vemos na história de Palmeiral.
- ⁴ O que acontece com a constituição e manutenção dos domínios em Palmeiral, aliás, ratifica a teoria de que o direito de propriedade é basicamente uma instituição social, uma relação entre pessoas com referência a coisas (incluindo-se direitos, obrigações, poderes e limitações), concepção defendida por muitos autores (cf. Hallowell, 1943; Hoebel, 1954; Gluckman, 1965; Hann, 1998). Detenho-me neste artigo no âmbito da propriedade e da moradia para ilustrar o que acontece com as vicinalidades por ser essa uma questão fundamental no bairro, marcado por ser um espaço ocupado de maneira mais ou menos irregular por cidadãos à procura de casa.
- ⁵ Pode aventar-se que o sistema consuetudinário de posse, baseado nas relações interpessoais, vai perder peso à medida que progrida a regularização. Na nova situação legal seria provável que os vizinhos atribuíssem maior responsabilidade ao poder público e acreditassem menos na proteção recíproca. No passado, certas tarefas coletivas (como a ordenação das ruas ou a coleta do lixo), deixaram de ser realizadas por *mutirões* para serem desempenhadas por completo pela Administração.
- ⁶ A situação resulta mais complexa porque algumas pessoas de estatuto muito elevado, tanto como alguns *marginais* – os dois extremos –, desobedecem às vezes essas regras que regem a convivência. Ainda assim, suas ações seguem certos padrões. Por exemplo, na aplicação da força: a apropriação direta de lotes deu-se mais nos

primeiros tempos, quando a ordenação de estatuto ainda não estava plenamente instituída. Além disso, utilizar a força implica correr riscos. A pessoa (a liderança tanto quanto o *marginal*) pode deixar de ser considerada *bom vizinho*, perdendo a legitimidade e os apoios. O final trágico que muitos *chefes* tiveram no passado está ligado a este tipo de aposta.

- ⁷ Entendo – seguindo Llewellyn e Hoebel (1962) ou Victor Turner (1957) – que os casos extremos e os conflitos podem iluminar princípios de base nada excepcionais.
- ⁸ Não abordamos o vínculo entre *pessoa, família e casa*, e as *configurações de casas*, questões tratadas de maneira muito interessante por Marcelin (1999), McCallum e Bustamante (2012), que acontecem igualmente em Palmeiral e estão no cerne das vicinalidades. Falamos aqui do estatuto e a competição entre famílias através das casas, fenômeno observado também por Holston (1991) em outro bairro de autoconstrução.
- ⁹ A ideologia e a linguagem do parentesco são utilizadas nas vicinalidades do bairro justamente como “modelo explicativo da proximidade social” (Pina-Cabral, 1991: 196), tanto quanto a “linguagem da emoção”, com o mesmo intuito de produzir e justificar a proximidade (Pina-Cabral, 1991: 199). É usual escutar dois vizinhos que mantêm um bom relacionamento – e fazem parte da mesma rede – tratar-se mutuamente como “meu irmão”. Alguns também falam dos vizinhos da mesma rua como “a primeira família” (fórmula que McCallum e Bustamante, 2012, observaram de maneira idêntica em sua pesquisa). É muito comum expressar a força de um vínculo falando das experiências duras vividas com um companheiro da rede, de “tudo o que a gente já passou”.
- ¹⁰ O fato de não constituir *comunidade* (no sentido de um único e coeso agrupamento de famílias e pessoas) não deveria pensar-se como estranho. Fiz alguns apontamentos a esse respeito na primeira página – ver nota 2. É uma realidade que muitos bairros de autoconstrução deixam de ser *comunidade* (se o foram alguma vez) em determinado momento. Gilbert e Ward (1985) observaram, nesse sentido, que costuma existir uma união importante e uma ação mais coletiva no início, quando se tem o objetivo de assegurar a ocupação e conseguir os serviços básicos. Alcançado isso (como acontece, pelo menos em parte, em Palmeiral), a união e a *comunidade* tendem a desaparecer. Cabe assinalar também que os *caciques* de que fala Lomnitz (1981) seriam em Palmeiral algumas das *lideranças*, pessoas vinculadas a uma *rede* concreta, com o controle (muitas vezes temporal) e a tarefa de representá-la perante as autoridades, por exemplo.

- ¹¹ Constitui esta uma diferença, como continuamos explicando, em relação às redes descritas por McCallum e Bustamante (2012) em outro bairro de Salvador. Em Palmeiral, a proximidade é um elemento indispensável, e a vizinhança tem um peso maior que o parentesco (*de sangue*). A causa pode ter a ver com a formação de Palmeiral, onde não se estabeleceram inicialmente grandes grupos de parentes. Por outro lado, também acontece em Palmeiral de se desenvolverem conexões entre unidades domésticas (*configurações de casas*, cf. Marcelin, 1999), caso em que vizinhos podem ser transformados em parentes – através da instituição do compadrio (cf. McCallum e Bustamante, 2012).
- ¹² Nesse caso, os atores *desconectados* eram uma viúva, um homem desprestigiado, uma família pouco sociável, uma família recém-chegada e uma família com mais dinheiro e apoios, com um estatuto especialmente alto (Lomnitz, 1981: 158-160). Lomnitz não distingue entre o afastamento voluntário das redes, como no caso da família mais poderosa ou dos reservados, e o afastamento involuntário, os desprestigiados, os novos, o que parece ser importante.
- ¹³ A mesma ideia foi recolhida por McCallum e Bustamante, expressa quase nos mesmos termos (2012: 233). Falando sobre as coisas que se oferecem e se trocam, a necessidade faz também com que as solicitações tenham um nível distinto de atendimento; não é o mesmo pedir comida ou uma ferramenta, a primeira coisa sendo mais difícil de rejeitar por um vizinho próximo. Porém, a comida cozinhada é um artigo sensível, só trocado entre vizinhos que têm grande confiança (Lomnitz, 1981: 155). Pude observar em Palmeiral como alguns vizinhos rejeitavam as refeições oferecidas por outros – inclusive membros da mesma rede – com os quais não mantinham relações muito boas.
- ¹⁴ Fala-se de *reciprocidade* – seguindo as definições clássicas – por serem transações repetidas entre duas partes, sustentadas em certa moralidade (Sahlins, 1977: 206-207; Narotzky, 2002: 18-19). Contudo, também há *redistribuição* dentro das redes, pois as lideranças muitas vezes atuam como forças centralizadoras de recursos e trocas entre todas as famílias. No entanto, resulta mais comum e importante no dia a dia a relação de entre famílias. O intuito aqui, porém, não é classificar todos os tipos de reciprocidade presentes em Palmeiral – vemos que todos estão mais ou menos presentes – e sim destacar alguns traços e contradições das trocas entre vizinhos.
- ¹⁵ Lomnitz observou também que ficar bêbado permite relaxar as formas e dizer muitas verdades que se reprimem no dia a dia, especialmente nas relações entre

cuates (vizinhos próximos). Os acusadores podiam se defender depois “echándole la culpa al trago” (Lomnitz, 1981: 191).

- ¹⁶ Pareceria ilustrar o Plano a afirmação feita por Moreno e Narotzky, de que há “cierto optimismo ingenuo que ha llevado a algunos a considerar las relaciones de reciprocidad como invariablemente positivas, tanto en su configuración como en sus resultados. Las relaciones de reciprocidad tal y como ocurren en la vida real pertenecen a ámbitos sociales complejos y ambivalentes, llenos de tensión, manipulación, diferencias extremas de poder e injusticia. Es decir, como cualquier otra relación social, las recíprocas no son unívoca y universalmente benéficas” (2002a: 9-10).
- ¹⁷ Narotzky (2002) estuda também a noção de *capital social*, capital sustentado na reciprocidade e moralidade de certos grupos, onde “la confianza y la motivación para la acción económica parecen descansar sobre las relaciones sociales duraderas y continuas, basadas en lazos emocionales (...) como el parentesco o la comunidad” (Narotzky, 2002, p. 26; ver também Portes, 1998). O que nos faz lembrar diretamente o discurso do Plano de Bairro em Salvador (que atingia nesse caso uma ação regulatória e não econômica). Narotzky assinala como muitos modelos de desenvolvimento enfatizam a idéia de *capital social* e a *potenciação das comunidades* como fonte de recursos, sem explicitarem o sentido que têm em cada contexto e o resultado da sua ativação (Narotzky, 2002, p. 27-28). Tentei fazer isso em outro texto, onde analisava justamente o caso do Plano de Bairro e o desenho dos programas *aided self-help*, baseados também na teorização de *comunidades* que seriam capazes de resolver seus problemas se fossem mobilizadas (Márquez, 2011).
- ¹⁸ As descrições aprofundadas de Agier (1990), McCallum e Bustamante (2012), de novo, não escondiam essa parte obtusa, as tensões e conflitos no decorrer das trocas entre vizinhos, e o caráter instável e contraditório das suas relações, sem, no entanto, fazerem uma ligação entre estes fenômenos e a situação de pobreza (como sim fazia Lomnitz); entendendo que essas qualidades não fazem parte só da reciprocidade dos pobres.

Referências bibliográficas

AGIER, Michel

1990 “O sexo da pobreza: homens, mulheres e famílias numa ‘avenida’ em Salvador da Bahia”. *Tempo Social*, vol. 1, 1: 35-60.

CUNHA, Manuela

2007 “Vicinalidade e parentesco: limites, categorias e práticas”. In URIBE, J.M. (org.), *En clave Ibérica: Vecinos, caminos, y mudanzas culturales*, Pamplona, Universidad Publica de Navarra, pp. 87-96.

GILBERT, Alan & WARD, Peter

1985 *Housing, the state and the poor. Policy and practice in three Latin American cities*. Cambridge, Cambridge University Press.

GLUCKMAN, Max

1965 *The Ideas in Barotse Jurisprudence*. New Haven/CT, Yale University Press.

HALLOWELL, Irving

1943 “The nature and functions of property as a social institution”. *Journal of Legal and Political Sociology*, 1: 115-138.

HANN, Chris

1998 “Introduction: the embeddedness of property”. In _____. (org.) *Property relations. Renewing the anthropological tradition*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 1-47.

HITA, M. Gabriela & DUCCINI, Luciana

2008 “Exclusão social, desafiliação e inclusão social no estudo de redes sociais de famílias pobres soteropolitanas”. In ZICARDI, A. (org.) *Procesos de urbanización de la pobreza y nuevas formas de exclusión social: los retos de las políticas sociales de las ciudades latinoamericanas del siglo XXI*, Bogotá, Siglo del Hombre editores e Clacso-CROP, pp. 181-212.

HOEBEL, Adamson

1954 *The Law of Primitive Man. A study in comparative legal dynamics*. Cambridge, Harvard University Press.

- HOLSTON, James
1991 "Autoconstruction in Working-Class Brazil". *Cultural Anthropology*, vol. 6, 4: 447-465.
- LLEWELLYN, Karl & HOEBEL, Adamson
1962 *The Cheyenne Way: Conflict and Case Law in Primitive Jurisprudence*. Norman, University of Oklahoma Press.
- LOMNITZ, Larissa
1981 *Cómo sobreviven los marginados*. México, Siglo XXI.
- MARCELIN, Louis Herns
1999 "A linguagem da casa entre os negros do Recôncavo Baiano". *Mana*, vol. 5, 2: 31-60.
- MÁRQUEZ, Raúl
2011 "Los programas gubernamentales *self-help* o las virtudes de la comunidad responsable. Una evaluación desde la periferia de Salvador de Bahía". In TERRADAS, I. (org.) *Antropología jurídica de la responsabilidad*, Santiago de Compostela, Andavira, pp. 285-311.
- MAUSS, Marcel
1971 "Ensayo sobre los dones. Razón y forma del cambio en las sociedades primitivas". In _____. *Sociología y Antropología*, Madrid, Tecnos, pp. 153-263.
- MCCALLUM, Cecilia & BUSTAMANTE, Vania
2012 "Parentesco, gênero e individualização no cotidiano da casa em um bairro popular de Salvador da Bahia". *Etnográfica*, vol. 16, 2: 221-246.
- MORENO, Paz & NAROTZKY, Susana
2002a "Presentación". *Endoxa: Series Filosóficas*, 15: 9-11.
2002b "Reciprocity's dark side. Negative reciprocity, morality and social reproduction". *Anthropological Theory*, vol. 2, 3: 281-305.
- NAROTZKY, Susana
2002 "Reivindicación de la ambivalencia teórica: la reciprocidad como concepto clave". *Endoxa: Series Filosóficas*, 15: 15-29.

PINA-CABRAL, João

1991 "A família burguesa do Porto: vicinalidades". In _____. *Os contextos da Antropologia*. Lisboa, Difel, pp. 183-212.

PORTES, Alejandro

1998 "Social Capital: Its Origins and Applications in Modern Sociology". *Annual Review of Sociology*, 24: 1-24.

SAHLINS, Marshall

1977 "Sobre la sociología del intercambio primitivo". In _____. *Economía de la edad de piedra*. Madrid, Akal, pp. 203-296.

STACK, Carol

1975 *All our kin: Strategies for Survival in a Black Community*. New York, Harper & Colophon.

TURNER, Victor

1957 *Schism and Continuity in an African Society: A Study of Ndembu Village Life*. Manchester, Manchester University Press.

UNEB & PREFEITURA Municipal de Salvador

2007 *Projeto de elaboração de metodologia para desenvolvimento de Plano de Bairro – Termo de Referência nº 25. Relatório 02: Plano urbanístico - Diagnóstico integrado*. Salvador, Prefeitura Municipal de Salvador.

VALLADARES, Lícia

2005 *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro, Editora FGV.

WEBSTER, David

2006 *A Sociedade Chope. Indivíduo e aliança no sul de Moçambique (1969-1976)*. Lisboa, ICS.

Limits and ambiguities of vicinality in a neighbourhood of Salvador

ABSTRACT: In Palmeiral, a squatter settlement on the outskirts of Salvador de Bahia, to acquire and keep a house depends centrally on a social performance: one has to be seen as a respectable person who is integrated into a vicinality (a network of interrelationship and exchange of favours between families/households). However, maintaining this position may not be easy. The networks are limited in scope and prone to developing tensions and conflicts within them. On the one hand, by examining a series of day-to-day situations concerning property, I aim to show how the dynamics of vicinality have an ambiguous character and how they constitute a benefit as well as a burden for the people involved. How do they develop relations of restricted reciprocity? On the other hand, I want to criticise the way in which some works have simplified this kind of reciprocity, ignoring its complex and ambivalent nature.

KEYWORDS: Reciprocity, social networks, vicinage, informal ownership, squatter settlements, Salvador de Bahia.

Recebido em janeiro de 2014. Aceito em agosto de 2014.